



Projeto Rondon e Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária: extensão universitária em tempos de ditadura militar

DIMAS BRASILEIRO VERAS¹

O golpe de Estado de 1964 iniciou no Brasil uma ditadura com profundo impacto na universidade. A perseguição aos opositores do Regime concentrou parte significativa de seus esforços em vigiar e reprimir continuamente professores, pessoal burocrático e técnico e estudantes universitários. Por outro lado, o governo golpista dedicou uma atenção especial a reforma administrativa e político-pedagógica do ensino superior. Este programa ambíguo redesenhou paulatinamente as bases da universidade moderna e tradicional no Brasil.

Esta relação ambígua entre universidade e ditadura é o tema da pesquisa mais ampla a qual se vincula este trabalho. Aqui o objeto de investigação será as práticas acadêmicas vinculadas a esta interseção e mais especificamente os programas de extensão ditatorial, sobretudo: o Projeto Rondon (PR) e o Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária (CRUTAC). Este recorte tem em vista, também, o caso da Universidade Federal de Pernambuco.

O presente estudo tem como referência teórica a esquizoanálise proposta por Deleuze e Guattari (1995; 1997; 2004) e as metodologias da biografia coletiva utilizada por diferentes pesquisadores das ciências humanas (BOURDIEU, 2013; CHARLE, 1994; STONE, 2011). Neste sentido, foram analisados estudos e documentação temática, principalmente, a legislação sobre o tema, relatórios do MEC, relatórios da UFPE, Jornal universitário da UFPE e jornais de grande circulação na época.

O recrudescimento da luta estudantil a partir de 1965, impulsionou o Regime e as elites universitárias a recorrerem a outras formas de dominação para além da estrita repressão. Em vista disso, aproximar universitários do Regime se fazia uma necessidade urgente. A restrição política de “difusão cultural” e de “cursos de extensão” em andamento, pouco tinham a colaborar com este intento, apesar do viés tradicional das mesmas.

Neste sentido, militares e professores da Universidade Estadual da Guanabara (UEG – atual UERJ) se reuniram em 1966 no “Seminário de educação e segurança nacional” da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). O objetivo do evento era inserir as forças

¹ Professor do IFPB. Mestre e doutorando pelo PPGH/UFPE.

armadas na contenda educacional da época e definir estratégias de aproximação com os estratos estudantis (PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014). Os participantes do congresso estavam certos quanto a necessidade de se elaborar um projeto de conscientização castrense dos estudantes. Esta proposta nacionalista visava sublimar e redirecionar as reivindicações estudantis para os ideais autoritários e desenvolvimentistas do Regime (CUNHA 2007; PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014).

A proposta do professor Wilson Choeri sugeria a criação de uma ação sistêmica e periódica com apoio interministerial (civil e militar) de mobilidade acadêmica para regiões remotas do território nacional. Os objetivos de acomodar e cooptar os estudantes por atividades estágio e mobilidade discente alimentaram tanto o Projeto Rondon (PR), quanto os Centros rurais universitários de treinamento de ação comunitária (CRUTAC - NOGUEIRA, 2005; PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014).

As matrizes dos programas estavam nas ações da Aliança pelo Progresso, através do programa Corpos da Paz (Peace Corps) e do projeto Rita ou Asimow (Rural industrial technical assistance), da Universidade da Califórnia. As duas iniciativas foram denunciadas nas vésperas do golpe por infiltração da Central de Inteligência Americana (CIA – CUNHA, 2007). Os Projetos foram, aliás, recomendados efusivamente por Atcon em seu famigerado relatório, sobretudo, a partir da implantação destes nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, através do CRUTAC - “espécie de corpo da paz nacional [...] merecia também sua adoção pelas demais universidades do país” (ATCON, 1966, p. 35).

As experiências se caracterizavam por ações multidisciplinares de mobilidade discente, de estágio e de prestação de serviços em regiões economicamente pauperizadas. Os movimentos de educação e cultura popular também experimentaram por volta de 1962 e 1964 uma modalidade de mobilidade estudantil mais espontânea e participativa, que foi a UNE Volante e o SEC volante (VERAS, 2012).

No entanto, enquanto as ações do período democrático visavam mobilizar criticamente os participantes envolvidos, seus duplos norte-americanos e ditatoriais, possuíam objetivos contrários. O escopo agora era desmobilizar, cooptar e acomodar ao *status quo* os estratos estudantis em crescente processo de reorganização política (CUNHA, 2007; PEREIRA, 2009; MOTTA, 2014).

Foi assim que em julho de 1967 o já citado professor Wilson Choeri e o professor Onir Fontoura e mais 30 estudantes da UEG partiram rumo à Rondônia, num avião do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com apoio do Ministério do Interior. O grupo permaneceu por quase um mês nas dependências do 5º Batalhão de Engenharia de Construção em Porto Velho (MOTTA, 2014).

Os resultados apresentados para Eceme convenceram militares e civis da eficiência política da empreitada, que foi militarmente batizada de Operação Rondon – Zero, apenas depois assumindo a denominação civil de Projeto Rondon. O nome homenageava o estado onde se iniciara o programa, Rondônia. Da mesma maneira que seu patronímico, o Marechal Cândido Mariano Rodôn, engenheiro militar patrono da Arma de Comunicação, que fora responsável pela implantação do telegrafo do centro-oeste e da Amazônia no início do século XX (PEREIRA, 2009 MOTTA, 2014).

O PR foi ganhando gradualmente corpo social, através da crescente participação estudantil de todos os estados brasileiros, bem como pela ação publicitária dos meios de comunicação empresariais e governamentais (MOTA, 2014). O reitor Murilo Magalhães da UFPE e o diretor da Divisão de expediente e assistência escolar do Departamento de Extensão Cultural², Ivancir Castro, negociaram com o Brigadeiro Parreiras Horta, comandante da 2ª Zona Aérea, o Coronel-aviador Stênio Alvarenga, o chefe do Estado desta mesma Zona, e o General Souza Aguiar, comandante do IV Exército, a “Integração da UFPE e Forças Armadas” (Jornal Universitário, Set., 1967, p. 12).

Os gestores universitários e os altos oficiais enfatizaram o valor desta integração entre o quartel e academia para o desenvolvimento socioeconômico e a segurança nacional. As novas edições do PR contemplaram consequentemente milhares de estudantes de todo Brasil, por meio do envio de grupamentos estudantis com transporte, alimentação e alojamento previsto pelas forças armadas.

Assim entre os meses de setembro e dezembro de 1967, o Coronel-aviador Stênio Alvarenga coordenou a Operação Nordeste, ou Operação Rondon I, assim conduzindo duas turmas de universitários ao sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte. A primeiro grupamento estudantil era composto por quintanistas de medicina e o segundo com 19 estudantes da UFPE

² Órgão criado para substituir a experiência popular do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (atual UFPE) pelo então técnico em educação Paulo Freire.

(sendo oito de engenharia civil, três de engenharia mecânica, dois de engenharias elétrica, dois de Odontologia, um de economia e um de medicina – *Jornal Universitário* – Out., 1967, p.3).

Em janeiro de 1968 a Operação Rondon II enviou novos grupamentos estudantis, sobretudo da Guanabara, para o Norte e o Nordeste do Brasil (grupamento Alpha, Beta, EI, etc.). Os estudantes se imbuíam de práticas e dos valores castrense de patriotismo, civismo, hierarquia e disciplina (*Jornal Universitário* – Fev., 1968, p. 11). A missão previa realização de exames médicos, a distribuição de medicamentos, a vacinação e a aplicação de questionários socioeconômicos. Enquanto parte dos estudantes seguiram para Rondônia, outros permaneceram no Nordeste, entre Pernambuco, Alagoas e Bahia³.

A Operação contou com apoio da UFPE, do Exército Brasileiro, prefeituras e órgãos do poder executivo federal e estadual⁴. Esta nova edição mobilizou estudantes de engenharia, medicina, geografia, odontologia, enfermagem, geologia, serviço social, educação, química, filosofia, economia, direito, agronomia, veterinária e arquitetura.

O Grupo de Trabalho do PR foi instituído pelo governo do General Costa e Silva, como programa de estágio e de mobilidade diretamente vinculado ao MINTER, através do Decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968 (BRASIL, 1968). Integravam, também, o referido GT o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Marinha, o Ministério do Exército, o Ministério da Aeronáutica, o Ministério dos Transportes, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Planejamento e Coordenação, o Ministério da Saúde, o Movimento universitário de desenvolvimento econômico e social (MUDES), o CRUB e representante da UEG.

Durante o governo do General Médici o PR foi transformado em órgão permanente do MINTER com autonomia administrativa e financeira. O Decreto 67.505 de 6 de novembro de 1970 previa, da mesma maneira, a participação do Ministério do trabalho e da previdência social e a criação do Fundo do Projeto Rondon (FUNRONDON).

O apoio compulsório de instituições privadas e públicas das mais variadas esferas foi fundamental para continuidade do PR, até sua extinção em 1989. As primeiras operações instituíram paulatinamente um cronograma de abrangência nacional nas férias de janeiro e fevereiro, e escopo regional no recesso escolar de julho (MOTTA, 2014).

³ Os estudantes visitaram municípios das regiões do Agreste (Caruaru, Pesqueira, Arcoverde, Garanhuns) e do Sertão (Salgueiro, Petrolina, Belém de São Francisco, Santa do Ipanema - AL - e Paulo Afonso - BA).

⁴ Departamento de estrada e Rodagem (DER), Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Quanto aos participantes deveriam apresentar os documentos básicos de identificação, tipo sanguíneo e fator RH, carteira de vacinação em dia, bem como os requisitos de escolaridade (ser recém-formado ou a partir do 3º ano para os curso de 5 anos e do 2º ano para os cursos de 4 ano. Bem como professores formados em até dois anos – *Jornal Universitário*, Ago., 1970, p. 12). Os estudantes eram, igualmente, submetidos a uma triagem política e moral, com apoio sigiloso dos órgãos de informação e repressão do Estado. O propósito era banir do programa comportamentos desviantes do ponto vista político e moral. No entanto, não faltaram relatos de festas, cabarés, sexo, drogas, esquerdismos e outras prática corriqueiras da juventude universitária (MOTTA, 2014).

A iniciativa de arrefecimento da luta estudantil suscitou ações semelhantes em outros ministérios. Por exemplo, o “Projeto Mauá” do Ministério do Transporte, cujo objetivo era integrar os estudantes, sobretudo de engenharia, as grandes obras do Regime. Apenas no ano de 1969, 35 universitários do estado de Pernambuco (sendo 11 da Escola Politécnica de Pernambuco e 24 da UFPE - 4 da Faculdade de Arquitetura e 20 da Escola de Engenharia) visitaram, ao lado do professor Paulo Moreira, as obras da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Bem como os canteiros da Ponte Rio-Niterói, da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), da Destilaria da Petrobrás e Complexo Industrial de Aratu na Bahia (*Jornal Universitário* – Jul., 1970, p. 3).

O PR, e em depois o CRUTAC, também estimularam ações de âmbito local. Um caso análogo foi a Operação Triunfo realizada no recesso de julho de 1970. Os estudantes arregimentados pela UFPE e pela prefeitura da cidade homônima do sertão pernambucano, prestaram momentâneos serviços médicos e farmacêuticos, onde receberam o apelido carinhoso e senhorial de “doutorzinhos” (*Jornal Universitário* – Jul., 1970, p. 12).

Outro caso semelhante foi a Operação Arquivo I, que surgiu da participação de estudantes do PR na pesquisa arqueológica do Monte do Guararapes com apoio do Ministério do Exército. Os estagiários de história, sociologia, biblioteconomia, assistência social, arquitetura, belas artes, arqueologia e botânica contribuíram com o professor Marcos de Albuquerque na pesquisa arqueológica que visava localizar o campo onde se travara a Batalha dos Guararapes. O combate possui um significado monumental de origem das forças armadas brasileira, através da união das três raças, branca, negra e indígena, na luta contra o invasor Holandês no século XVII.

A Comissão de História do Exército Brasileiro criou, também, um subprojeto do PR-

PE, “Operação Arquivo”, cujo objetivo era “preservar e pesquisar documentos históricos de importância para elaboração de uma nova história do Brasil”. Esta operação contou com 15 estagiários das disciplinas de direito, história e ciências sociais e coordenação de Vera Lucia Chianca. Os trabalhos foram executados em acervos públicos e privados dos municípios de Itamaracá, Goiana e Igarassu (Jornal Universitário – Jan., 1972, p. 10).

O sucesso do PR sob o mote de “integrar para não entregar”, criado pelo capitão de Engenharia Lauro Bastos do 5º BEC, projetou seus objetivos públicos nacionalistas e desenvolvimentistas de ação comunitária. Nada obstante, estes desígnios eram tacitamente secundários aqueles de ordem política que visavam produzir subjetividades afinadas com a revolução.

Em vista disso, não faltaram esforços dos estratos socioculturais dominantes para manutenção do PR. Esta importância do programa para as elites golpista pode ser apreendida pela composição de indivíduos e entidades de classe listadas num relatório produzido pela coordenação regional do Nordeste sob direção do reitor da UFPE Marcionilo Lins.

As comissões regionais do FUNRONDON eram compostas por organismos de classes empresarial, bem como por elites militares e civis do campo político, universitário, religioso, jornalístico, etc. Esta rede de sociabilidade ajuda a compreender o viés menos pedagógico do que político do programa⁵.

⁵ Dentre as organizações: Federação das Indústrias de Pernambuco, Associação comercial de Pernambuco, Federação do comércio atacadista de PE, Associação dos profissionais liberais da universidade do Brasil – APLUB, Cooperativa dos Usineiros do Estado de Pernambuco, Clube dos diretores lojistas do Recife, Federação do comércio varejista do estado de PE, Sindicato dos bancos de PE, Rotary Club, Centro, Lyons Club, Caxangá Ágape, SUDENE, Secretaria de educação e cultura do estado de PE, prefeitura municipal do Recife, IV – exército, 7ª região militar, 2ª zona aérea, Delegacia regional do MEC, delegacia regional do ministério do planejamento e coordenação geral, Secretaria de coordenação geral do estado de PE, secretaria de agricultura do estado de PE, Secretaria de viação e obras públicas do estado de PE, Secretaria de Saúde do Estado de PE, secretaria de indústria e comércio do estado de PE, Secretaria dos transportes e comunicação do estado de Pernambuco, Secretaria do Interior e justiça do estado de PE, Secretaria de segurança pública do estado de PE, Secretaria da administração do estado de Pernambuco, Secretaria assistente do estado de PE, Secretaria da fazenda do estado de PE, Superintendência do Vale São Francisco, Departamento nacional de obras contra a secas, Departamento nacional de obras de saneamento, Santa casa de misericórdia do Recife, Associação Nordestina de Crédito e extensão rural – ANCARPE, Liga dos amadores brasileiros rádio emissão –LABRE, DNER, Assembleia Legislativa do estado de PE – ALEPE, Empresa Jornal do Commercio, Emissoras associadas de PE, Delegacia regional do instituto do

O crescimento do PR nos anos 1970 obrigou o MINTER e as Forças Armadas a recorrerem à transportes complementares, como embarcações da Marinha, aviões da Sadia e de outras empresas (MOTTA, 2014; Diário de Pernambuco – 06/01/1971, p. 2). As operações se firmaram, pois, a partir de quatro modalidades de trabalhos: as operações nacionais e regionais nas férias de janeiro/fevereiro e julho respectivamente; as operações especiais atendendo interesses, metas e cronogramas estabelecidos por convênios⁶; os “*Campi avançados*” com funcionamento anual em “áreas menos desenvolvidas”; e, por fim, o projeto de interiorização de mão de obras que encaminhava jovens recém-formados para os “campi avançados” e áreas de colonização (BRASIL, 1970; Jornal Universitário – Ago., 1970, p. 12; Ago., 1972, p. 2).

O ponto central da reformulação do PR através da Lei 67505/70 foi a inserção dos “campi avançados” enquanto espaço contínuo de ação comunitária no interior do país. A nova linha atendia as críticas de assistencialismo e descontinuidade do programa. Os primeiros “campi avançados” foram implantados pelas UFSM (RS), UFJF (MG), UEG e UNB no respectivo território de Roraima e municípios de Tefé (AM), Parintins (AM) e Aragaças/Barra das Garças (GO e MT). O trabalho nos *campi* avançados era desenvolvido pelo rodízio mensal de professores e de estudantes das universidades conveniadas (uma média de 25 pessoas - Jornal Universitário – Ago., 1972, p. 2; Diário de Pernambuco – 30/10/1970, s/p).

Entre 1970 e 1974 foram criados 12 “campi avançados” (BRASIL, 1975, p. 520). A UFPE, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e a Fundação de Ensino Superior (futura Universidade de Pernambuco) inauguraram em 1975 o *campus* avançado de Araguaiana (no atual estado do Tocantins – Diário de Pernambuco - 22/07/1973, p. 10). Para os trabalhos de instalação foram convocados estagiários de Administração, Economia, Sociologia, Direito e Engenharia (Diário de Pernambuco – 04/08/1974, p. 10).

O *campus* situado no extremo norte do estado, nas proximidades da rodovia Belém-Brasília, atendia, igualmente, as microrregiões de Ananás, Araguatins, Axixá de Goiás,

açúcar e do álcool, UNICAP, Fundação de ensino superior de PE, UFRPE, UFPE, Conselho regional de medicina, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Sindicato dos professores do ensino secundário e primário de PE, Clube de engenharia de PE, Clube dos advogados de PE, Sociedade de medicina de Pernambuco, Conselho regional de farmácia, Associação da imprensa de Pernambuco (UFPE, 1972).

⁶ Como por exemplo a “operação arquivo I” em convênio com o Ministério do exército, bem como operação urbana em convênio com as prefeituras (como a “operação Triunfo”)

Banabulândi, Filadélfia, Itaguatins, Nazaré, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis e Xambicá (Diário de Pernambuco – 03/04/1975, p. 1). Até 1989 quando o projeto foi extinto o PR possuía um total de 29 “campi avançados” (PEREIRA, 2009).

O PR e a Comissão incentivadora do CRUTAC (CINCRURTAC) serão paulatinamente sobrepostos aos trabalhos de extensão universitária na primeira metade dos anos 1970, apesar de permanecerem com estrutura organizacional e orçamentária própria. Esta apropriação ou captura mútua vai sendo costurada ao longo de inúmeras conferências e eventos do MEC e do CRUB, no contexto da reforma universitária e da “revolução pela educação” ou “década da educação” (BRASIL, 1970; BRASIL, 1975).

O professor da UFPE, Newton Sucupira, enquanto Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da educação e cultura (DAU) e membro da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) advoga em favor da que chamou de “supérflua” (1965, p. 33) extensão, como “traço característico da universidade moderna, produto do espírito pragmático americano é a ideia de extensão, a ideia de serviço social” (SUCUPIRA, 1972, p. 15). Desse modo uma comissão mista formada por gestores do CRUTAC (MEC) e do *campus* avançado (MINTER), buscaram em meados dos anos 1970 articular e integrar estes programas. Este fórum também apoiou a proposta de criar a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) do DAU/MEC, cuja inauguração 1974 se deu em conjunto com a elaboração do Plano de trabalho de Extensão universitária.

Como observa a pesquisadora Maria Nogueira, a CODAE materializava os anseios do MEC de coordenar e formular a emergente política de extensão, que se desenvolvera de forma pulverizada nas universidades e outros organismos. Até então o MEC apenas possuía controle sobre o CRUTAC e o Projeto de integração Escola-Empresa-Governo (NOGUEIRA, 2005).

Desta forma, a CODAE retomou o conceito mais amplo de extensão enquanto troca entre universidade e sociedade que visa a “retroalimentação” do ensino, da pesquisa e das comunidades atendidas. Assim, propunha, de alguma forma se aproximando da experiência abortada do SEC no idos de 1962-1964, novas atividades (difusão do ensino e da pesquisa, projetos comunitários, difusão cultural, dentre outras), metodologias e participantes (organizações, instituições, professores, estudantes e unidades universitárias – NOGUEIRA, 2005, p. 39).

Em contrapartida, ao assumir a responsabilidade de coordenar, propor, acompanhar e avaliar as atividades de extensão, a CODAE impôs as universidades o simples papel de executoras de uma política nacional construídas de cima pra baixo. Ademais, há um processo de reprodução das formas tradicionais de extensão mesmo com o reconhecimento de novas atividades (NOGUEIRA, 2005).

Apesar de tudo, o PR e CINCRUTAC permaneceram sendo coordenados individualmente pelo MINTER e pelo MEC. Na época era muito comum confundir os *campi* avançados com os núcleos do CRUTAC, que como já foi citado, sugira na UFRN. Tal qual o PR, O CRUTAC se consolidou como programa de estágio supervisionado obrigatório de cunho assistencialista, assim ganhando no início dos anos 1970 amplitude nacional.

A bases eram as mesmas do PR: estágio (neste caso para concluintes) e mobilidade discente (neste caso para regiões vizinhas localizadas no interior do estado). Os dois programas se afirmavam enquanto política de desenvolvimento e segurança nacional, no entanto, enquanto o PR operava estes vetores pela integração, o CRUTAC se consolidou como órgão sistêmico de interiorização das universidades. Afora essas diferenças específicas núcleo e *campus* avançado eram formas diferente de materializar o mesmo: estágio, mobilidade e subjetivação estudantil.

Para expansão do CRUTAC o regime contou com apoio da UFPE entre os anos de 1968 e 1970. Para isto foi realizado uma série de conferências com participação de militares e professores universitários, dentre eles, o criador do CRUTAC, o reitor Onofre Lopes da UFRN, da mesma forma que o brigadeiro Antonio Lemos, e Ivancir Castro (do DEC), a professora Haydée Teixeira (Faculdade de medicina – FMR – e Faculdade de farmácia da UFPE), o professor Nilo Pereira (Faculdade de Filosofia – FAFIP - da UFPE) e o professor Nelson Chaves (Instituto de Nutrição a UFPE – Jornal Universitário – Nov/Mai, 1968/1969, p. 8; jun, 1969, p. 1;4).

O regulamento do CRUTAC-PE foi finalizado em agosto de 1969, a partir dos trabalhos de comissão formada por professores e profissionais majoritariamente da área de saúde: professores Ruy João Marques, Nilo Pereira, Saul Tavares de Melo, Maria Haydée, Ribeiro Teixeira, Bruno da Hora, Eudes de Souza Leão Pinto, Fernando Cavalcanti de Figueiredo e Ovídio Montenegro (Jornal Universitário, Ago., 1970, p. 11).

O Decreto-lei 916 de 8 de outubro de 1969 criava, por conseguinte, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) do MEC. A UFPE teve, conforme já foi afirmado, um papel fundamental na divulgação e institucionalização do CRUTAC nas demais universidades brasileiras. Neste sentido, organizou em dezembro 1970 o encontro do CINCRUTAC, apoiado pelo MINTER, pelo MEC, pela SUDENE e outras universidades da região (ALMEIDA, 2011).

A criação dos primeiros núcleos da UFPE partiu de pesquisa realizadas pelos professores de geografia Gilberto Osório, Mário Lacerda e Carolino Gonçalves. O relatório sugeria que o primeiro núcleo fosse instalado em Palmares, Mata sul do estado (PE - Jornal Universitário – Ago., 1969, p. 11). Para além dos critérios da pesquisa, a escolha levava em consideração a tradição de luta da região que nos anos 1950 e 1960, arregimentou a maior liga camponesa do estado, sobretudo, com a militância de Gregório Bezerra e do PCB com trabalhadores rurais da região.

Com apoio do Coronel Mauro Rodriguez, secretário do MEC, e do ministro Jarbas Passarinho, bem como coordenação da professora Haydée Teixeira, o CRUTAC-PE iniciou a preparação de uma primeira turma de 24 estudantes estagiários no segundo semestre de 1970. Em dezembro do mesmo ano eventos de inauguração foram realizados na sede da Televisão Universitária da UFPE e nos núcleos pilotos de Água Preta e Joaquim Nabuco, cidades vizinhas à Palmares.

Estavam presentes nas festividades autoridades acadêmicas, militares e políticas. As falas buscavam de alguma forma defender o programa das denúncias de seus traços paternalista, assistencialista, elitista e proselitista. Na placa inaugural fixada em Água Preta e Joaquim Nabuco lia-se acima do nome do presidente general Garrastazu Médici, o mote do CRUTAC-PE: “abnegação e trabalho” (Jornal Universitário – Dez., 1970, p. 1;6-7).

A frase inscrita na placa e sub-repticiamente na carne de professores e estudantes, expressava os ideais de renúncia e sacrifício das vontades individuais e coletivas em nome dos imperativos nacionalistas, desenvolvimentistas e vigilantes do regime. Nesta lógica, a coordenadora do CRUTAC-PE defendeu, em outro momento, que os crutaqueanos fossem também enviados para trabalhar nas obras da Transamazônica e áreas de colonização. Os objetivos seriam evitar o êxodo dos colonos, “cobrar dos recém-formados os investimentos feitos no custeio dos seus estudos” e “descongestionar [...] os grandes centros urbanos [...] que já contam com excedentes profissionais” (Jornal Universitário, Ago., 1971, p. 8)

Estes discursos de abnegação se repetiriam ao longo dos anos 1970 e 1975, com temáticas variadas, mas sempre acompanhados de autoridades de toda espécie e defesas da “revolução na educação” ou da “década da educação”. Foi assim que surgiram os núcleos de Fernando de Noronha, Sairé, Gloria do Goitá, de mesma maneira que os telecentros da TVU de Goiana, Igarassu, Vitória do Rio Formoso, Chá de Capoeira, Carpina, Nazaré da Mata, Limoeiro, São Lourenço, Villa Mocambo, dentre outros (Jornal Universitário, Jan., 1975, p. 15)

Ao longo dos anos 1970 foram criados novos CRUTACs nos seguintes estados e cidades: Ceará e Sergipe (1971); Pará, Amazonas, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, bem como nos municípios de Mossoró (RN), São Carlos (SP), Londrina (PR), Pelotas (RS), Santa Maria (RS – 1972); Goiás (1973); Mato Grosso e Ponta Grossa (PR - 1974); Piauí (1975 – Almeida, 2011, p. 223).

Como já se observou havia uma ênfase na participação de estudantes da área de saúde como medicina, odontologia, enfermagem, Farmácia e bioquímica. Os estudantes realizavam serviços médicos, diagnósticos multidisciplinares e cursos de extensão. Neste sentido, foram executados levantamentos histórico, topográficos, estatístico, nutricional, geográfico, econômico e estatístico nos municípios contemplados pelos núcleos (UFPE, 1974). Um relatório decorrente destes trabalhos sugeria a criação em Fernando de Noronha de uma indústria de pescada, com barcos que comportassem “50 toneladas de peixe”, bem como a construção de um “hotel colonial” na Fortaleza dos Remédios (Jornal Universitário – Jan., 1973, p. 11).

Além disso, os cursos propostos trabalhavam temas eminentemente urbanos, aliás, com escassos registros da participação de professores e estudantes das disciplinas das ciências agrárias, apesar de se tratarem de núcleos supostamente rurais. Os cursos também se destinavam em sua maioria ao nível médio, como se pode verificar naqueles desenvolvidos pelo CRUTAC-PE entre os anos 1970 e 1975: datilografia, prótese, auxiliar de enfermagem, noções básicas em laboratório, em nutrição e em dietética, Bombeiro hidráulico, eletricista instalador, mecânico de eletrodoméstico, mecânico de refrigeração, alfabetização de adultos, pedreiro, corte e costura, empregada doméstica, tapeçaria, carpintaria, (Jornal Universitário, Jan., 1975, p. 15).

Apesar das modernas teleaulas, as atividades presenciais possuíam o formato didático tradicional de palestras, bem como se amparavam em práticas pedagógicas assistencialistas. Este último pode ser apreciado a partir dos objetivos elencados pelo coordenador do CRUTAC-PE em 1975:

Levar ao homem do campo os conhecimentos adquiridos na Universidade, **dando-lhes** saúde, ensinando-lhes novas técnicas [...] despertando-lhes o amor pelo trabalho, interesse pelo desenvolvimento fixando-o na região com uma mão de obra qualificada, **passando a ser um elemento útil à sua comunidade** (Jornal Universitário – Jan., 1975, p. 15 – grifos do autor).

As ações do CINCRUTAC contaram nos anos 1970 com apoio interministerial, bem como de outros organismos públicos e privados. No entanto, o principal financiador era o MEC, que sem contar com muito prestígio junto ao Ministério do Planejamento, teve dificuldades em manter um apoio orçamentário constante às seções regionais.

Como foi possível observar as maquinações e significações agenciados pelo PR e CRUTAC assumem dimensões assépticas e terapêuticas do corpo sociais e territoriais ditos beneficiados, ambos passíveis da intervenção médica, odontológica, farmacêutica, nutricional e social dos programas. Desta forma, a exclusão sociocultural e regional é naturalizada violentamente como uma doença social e, conseqüentemente, negada como síntese das relações socioculturais de um momento histórico específico.

Estas ações de desenvolvimento e segurança com fins de integração e interiorização, ao habitarem a produção de desejo estudantil e comunitário, produzem corpos e subjetividades sintonizadas com o Regime militar. É assim que se compreende os efeitos de memórias sobre os referidos acontecimentos e a existência presente de associações de estudantes egressos dos programas (“rondonistas” e “crutaqueanos”).

A ênfase na área de saúde é uma importante evidência deste agenciamento asséptico dos corpos agenciados, com efeitos menos repressivos do que produtivos. Se no caso da difusão cultural a universidade perdia seu horizonte educacional em favor da produção artística e cultural das elites universitárias, aqui a base pedagógica se diluía nas formas abusivas e positivas do campo da saúde e do trabalho. Daí os lemas “integrar para não entregar” e “abnegação e trabalho”.

A organização militar dos corpos estudantis e comunitários (operações, treinamentos, disciplina, desportos, etc.) materializava e expressava o sentido político implícito destes programas. Por conseguinte, percebe-se o quanto as “operações” e a “atitude agressiva e

racional de desenvolvimento comunitário” (Jornal Universitário, Nov., 1970, p. 7) se transformam em “invasão”, quando despida do diálogo e da efetiva participação das comunidades envolvidas. Aqui não se trata de uma observação anacrônica de julgar o passado, pois este tema fora um ponto central de todo debate proposto por Paulo Freire no SEC/UR e nos primeiros anos do exílio. Aliás problemática que foi tema do trabalho intitulado “Extensão ou comunicação?” publicado em 1969 (FREIRE, 1981).

Os projetos desenvolvidos na zona remota e no interior era, também, uma forma de redirecionar o encontro com segmentos populares e a militância estudantil para fora dos embates políticos e socioculturais travados nas metrópoles brasileiras. A universidade permanecia assim como um espaço higienizado dos problemas urbanos e rurais, apenas atentando para estes em zonas artificiais criadas exclusivamente para esta finalidade.

A ambição de substituir através de estágios uma política pública de saúde, educação, colonização, assistência social e trabalho estava certamente fadada ao fracasso. No entanto, não se pode ignorar, também, que alguns “campi avançados” se consolidaram, doravante, como unidades efetivas, assim, gerando impacto local e regional. Bem como o papel dos rondonistas no arrefecimento do processo violento de colonização, sobretudo, contra os povos da floresta.

De outra parte, os cursos ofertados em sua maioria para o nível médio e superior, sobretudo, do CRUTAC, são socialmente excludentes, considerando o público notadamente iletrado das regiões contempladas pelos programas. O perfil urbano industrial destes cursos também parecia fora do lugar, considerando as comunidades rurais elencadas. A quase inexistência de estudantes e de profissionais das ciências agrárias são elucidativos desta intervenção impertinente.

Considerando a dimensão descontínua e centralizada destes programas, não há indicadores ou indícios que comprovem os resultados educacionais do PR e do CRUTAC. Aliás um relatório produzido pelo próprio MEC em 1974 destacava de forma peremptória:

O peso da tradição ou, porventura, outros fatores de resistência à mudança mostram como a extensão e a pesquisa guardam, entre as atividades da Universidade, uma inexpressiva posição relativa qualquer que seja o indicador que se escolha para mensurar essa relação (BRASIL, 1975, p. 11).

Esta impotência nos índices educacionais reforçam o apelo político e midiático do PR e do CRUTAC, enquanto reprodutores de subjetividades e de publicidade do Regime. Bem como a reduzida participação dos departamentos universitários, seja por tradicionalismo, seja pelo próprio fechamentos dos programas, que funcionavam como organismos a parte da vida acadêmica.

Por conseguinte, a manutenção destes programas dependeu do repasse inconstante das instâncias federais, embora a universidade e os apoiadores empresariais tenham, por vezes, auxiliados os mesmos, quando os recursos simplesmente se extraviaram ou se atrasaram. Desta maneira, a suspensão destes repasses significou o fim dos PR e dos CRUTACS nos anos 1980.

A inauguração da Coordenação de atividades de Extensão (CODAE) do Departamento de Assuntos universitários do MEC em 1974, tinha em vista estas problemáticas quando confeccionou o Plano de trabalho de extensão universitária. Durante sua curta existência entre 1974 e 1979, a CODAE buscou sistematizar o corpo constituídos pelas atividades e participantes da extensão desenvolvidas na ditadura, bem como conceituá-la como prática indissociável do ensino e da pesquisa no contexto da reforma universitária (NOGUEIRA, 2005).

Se através do SEC Paulo Freire e sua equipe inaugurara uma dimensão utópica da extensão a partir do agenciamento de expressões e corpos universitários voltados para emancipação e produção de conhecimento e subjetividades compartilhadas. O regime militar, por outro lado, institucionalizou uma dimensão da extensão no qual estes agenciamentos assumem dimensão assistencial e dominadora, seja pela subjetivação autoritária dos participantes e dos territórios da extensão, seja pela relação hierarquizada e violenta entre universidade, cultura e sociedade.

Referências

- ALMEIDA, Admário Luiz. **Do humanismo ao assistencialismo**. O CRUTAC no Estado Militar (o caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão). Tese (Doutorado) – PPGF/UFU, 2011.
- ATCON, Rudolph. **Rumo a reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 62.927 de 28 de junho de 1968** – Dispõe sobre o grupo de trabalho do Projeto Rondon.
- _____. **Decreto-lei 916 de 8 de outubro de 1969** – Cria a comissão incentivadora dos Centros rurais universitários de treinamento e ação comunitária CINCRUTAC e dá outras providências.
- _____. **Decreto-lei nº 67.505, de 6 de novembro de 1970** – Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências.
- BRASIL. **Planejamento setorial** – projetos prioritários 1970/1973. Brasília: MEC, 1970.
- _____. BRASIL. **Reforma universitária: avaliação da implantação** – Universidade Federais. Salvador: UFBA – ISP/ MEC – DAU, 1975.
- CHARLE, Christophe. **La republique des universitaires, 1870 – 1940**. Paris: Ed. Le Seuil, 1994.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 1, 2, 3, 4 e 5; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995; 1997.
- _____. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e esquizofrenia 1. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- Diário de Pernambuco**. 1963 – 1977. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Jornal Universitário**. Ago. Ano I. 1967 – Ago. Ano VIII. 1975. Memorial Denis Bernardes.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- PEREIRA, Daline Vinhal. **Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental**. Dissertação (Mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/USP). São Paulo, 2009.

Simpósio sobre o problema universitário. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, jun. 2011.

SUCUPIRA, Newton. **A condição atual da universidade brasileira e a reforma universitária:** I encontro de reitores das universidades públicas. Brasília: MEC, 1972.

UFPE. Departamento de programas comunitários e interiorização. Centro rural de treinamento universitário e ação comunitária. **Relatório:** 1973. Recife, 1974.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidade letradas no Recife:** a revista Estudos Universitários (1962-1964). Recife: UFPE, 2012.